

OECD *Multilingual Summaries*

Education at a Glance 2018

OECD Indicators

Summary in Portuguese



Leia todo o livro em: [10.1787/eag-2018-en](https://doi.org/10.1787/eag-2018-en)

Educação em Revista 2018

Indicadores da OCDE

Sumário em Português

O impacto do estatuto socioeconómico na igualdade na educação tende a amplificar-se ao longo da vida

Apesar de um aumento significativo do nível escolar na última década, as pessoas com pais com menor nível de formação escolar, um indicador de baixo estatuto socioeconómico, têm um menor grau de probabilidade de participarem em programas de educação na primeira infância, completarem o ensino secundário superior e progredirem até aos níveis de ensino mais elevados, do que as pessoas em que pelo menos um dos progenitores frequentou o ensino superior. Apesar de se esperar que dois terços das pessoas de idade entre os 25-64 cujos pais não concluíram o ensino secundário superior obtenham um nível de ensino mais elevado do que o dos seus pais, a maioria destas pessoas frequentará o ensino secundário superior profissional. O mesmo se verifica ao nível do ensino superior: nos países da OCDE relativamente aos quais há dados disponíveis, as pessoas de idade entre os 18-24 cujos pais não concluíram o ensino superior representam apenas 47% dos novos entrantes em programas de bacharelato, de primeira licenciatura longa ou em programas equivalentes, apesar de representarem 65% da população desse escalão etário. Estas desigualdades são seguidamente refletidas no mercado de trabalho: os que concluíram apenas o ensino secundário superior têm menor probabilidade de ter emprego e ganham 65% do que os seus pares com estudos superiores auferem.

A disparidade de género favorece as raparigas no ensino, mas favorece os homens no mercado de trabalho

Em média, nos países da OCDE com dados disponíveis, os rapazes representam 60% dos repetentes no ensino secundário, e têm menor probabilidade de concluir esse nível de ensino do que as raparigas. Como resultado, a percentagem de raparigas que conclui o ensino superior é superior à dos rapazes. Os homens também têm menor probabilidade de concluir o ensino superior do que as mulheres. Em média, nos países da OCDE em 2017, 38% dos homens de idade entre os 25-34 tinham concluído o ensino superior, em comparação com 50% das mulheres da mesma idade, e esta discrepância tem vindo a aumentar nos últimos 10 anos.

Apesar de terem um melhor nível de ensino, as mulheres continuam a obter piores resultados em termos de emprego. Em média, nos países da OCDE, 80% das mulheres jovens com curso superior têm emprego, em comparação com 89% dos homens jovens com a mesma formação escolar, e a disparidade aumenta entre as que têm menor nível de ensino. Em média, nos países da OCDE, as mulheres com curso superior também ganham 26% menos do que os homens com curso superior. A disparidade salarial reflete a disparidade de género observada entre os domínios de estudo superior que pagam salários elevados e baixos, mas podem também resultar da maior probabilidade que as mulheres têm de passar por períodos de inatividade ou desemprego, o que pode atrasar os aumentos salariais.

Adultos nascidos no estrangeiro e os adultos com antecedentes de imigração têm menor probabilidade de frequentar o ensino e de serem bem-sucedidos no mercado de trabalho

Os imigrantes de primeira e segunda geração estão subrepresentados entre os alunos que ingressam e concluem um programa de bacharelato ou uma primeira licenciatura longa em países em que há dados disponíveis. Os adultos nascidos no estrangeiro que chegaram ao seu país anfitrião com 26 ou mais anos de idade também tendem a frequentar menos o ensino formal e/ou informal do que os seus pares nascidos no país ou do que aqueles que chegaram antes dos 25 anos de idade, porque estão menos familiarizados com o sistema de ensino e com a língua do país anfitrião.

Na maioria dos países da OCDE, as taxas de emprego entre os adultos nascidos no estrangeiro são inferiores às dos seus pares nascidos no país, mas frequentemente observa-se o contrário entre os que têm menor nível de ensino. Estas tendências contrastantes refletem as dificuldades que os adultos nascidos no estrangeiro e com curso superior enfrentam para obterem reconhecimento dos seus estudos e experiência no país anfitrião, assim como a apetência dos empregadores pelas exigências salariais inferiores dos adultos nascidos no estrangeiro com menor nível de ensino. Os adultos nascidos no estrangeiro também têm maior probabilidade de não ter emprego, não estar a estudar nem a frequentar ações de formação (os chamados NEEF). Cerca de 18% dos indivíduos nascidos no estrangeiro e com 15-29 anos de idade são NEEF, em comparação com 13% dos adultos nascidos no país.

Apesar dos aumentos no investimento público, há uma parcela significativa do total das verbas destinadas ao ensino superior e pré-primário que provém de contribuições privadas

Entre 2010 e 2015, as despesas por aluno aumentaram 5% nos níveis primário, secundário, pós-secundário não superior, e 11% no nível superior. As instituições de ensino continuam a ser predominantemente financiadas pelo Estado. Em 2015, 90% do financiamento do ensino primário, secundário e pós-secundário não superior e 66% do financiamento do ensino superior provieram dos cofres públicos. Uma vez que uma percentagem maior do financiamento do ensino superior provém das famílias, alguns países implementaram mecanismos financeiros para apoiar as mesmas. Pelo menos 75% dos alunos dos países com propinas mais elevadas beneficiam destes empréstimos ou subsídios.

Com um número maior de crianças dos 3 aos 5 anos a frequentar o ensino da primeira infância, o investimento público nos estabelecimentos de pré-primária está também a aumentar, representando 83% do financiamento total em 2015. Na última década, esta percentagem aumentou 4% nos países sobre os quais há dados disponíveis. No entanto, em média, nos países da OCDE, uma em três crianças matriculada na pré-primária frequenta uma instituição financiada por privados – uma proporção superior à observada em qualquer outro nível de ensino não superior.

A profissão docente continua a sofrer de acentuados desequilíbrios de género

Quase todos os professores da pré-primária são mulheres, mas menos do que um em três docentes no ensino superior é uma mulher. Na última década, esta disparidade de género aumentou nos níveis primário e secundário, e diminuiu no nível superior. É particularmente difícil atrair professores do sexo masculino para a profissão de docente: apesar de a média real dos salários das professoras ser igual ou superior ao do salário médio de outras mulheres com empregos a tempo inteiro e com curso superior, os professores do sexo masculino do ensino primário e secundário auferem entre 77% e 88% dos rendimentos de outros homens com empregos a tempo inteiro e com curso superior.

No entanto, entre 2005 e 2017, em média, nos países e economias da OCDE com dados disponíveis, os salários oficiais dos professores do ensino primário e secundário com 15 anos de experiência e as habilitações mais habituais no seu país aumentaram 5% a 8% e voltaram aos níveis anteriores à crise económica. Os professores também têm fortes incentivos para se tornarem dirigentes escolares: os salários reais dos responsáveis das escolas são pelo menos 35% superiores aos dos salários dos

professores e, pelo menos, 20% superiores aos dos rendimentos médios de outros trabalhadores com cursos superiores.

Outras conclusões

As disparidades regionais na participação no ensino tendem a alargar-se à medida que aumenta o nível de educação. No entanto, as maiores diferenças entre regiões subnacionais são observadas no ensino da primeira infância e nos cuidados para crianças com menos de 3 anos de idade.

Em metade dos países e economias da OCDE com dados disponíveis, os diretores de escolas e professores que trabalham em zonas desfavorecidas ou remotas são recompensados com remuneração adicional.

Na maioria dos países, as decisões sobre a forma como a instrução é organizada são tomadas predominantemente ao nível das escolas, mas as decisões relacionadas com o planeamento e estruturas, gestão do pessoal e recursos têm maior probabilidade de ser tomadas a níveis de autoridade mais elevados.

© OECD

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.



[Leia toda a versão em inglês na iBiblioteca OCDE \(OECD iLibrary\)!](#)

© OECD (2018), *Education at a Glance 2018: OECD Indicators*, OECD Publishing.

doi: 10.1787/eag-2018-en